

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.696 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2003

Produtor pode ser responsável pela qualidade de sementes e mudas

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que atualiza as normas sobre comercialização de sementes e mudas no país. Uma das principais inovações é a que torna o produtor e o técnico responsáveis pela qualidade, atribuição que hoje cabe ao governo. O texto recebeu apenas uma emenda de redação e agora será submetido ao Plenário do Senado.

PÁGINA 2



Divulgação: Radiobrás

Ministro Gilberto Gil comparece ao Senado na próxima terça-feira

Comissão ouvirá Gilberto Gil e Luiz Gushiken sobre política cultural

A Comissão de Educação ouviu, na próxima terça-feira, o ministro Gilberto Gil sobre a política cultural do governo. No dia seguinte, também em audiência pública, os senadores ouvirão o secretário de Comunicação do governo federal, Luiz Gushiken, sobre as normas para que as empresas estatais dêem apoio às produções culturais.

PÁGINA 6

Governo não muda proposta para Previdência, diz Berzoini

Ao participar de seminário no Senado, ministro descarta idéia de aumentar o limite de isenção para cobrança da contribuição dos inativos, fixado em R\$ 1.058



Célio Azeredo

O seminário "Reformas: raça, gênero e políticas de inclusão social", promovido ontem pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim, reuniu, entre os palestrantes, os ministros Ricardo Berzoini, Tarso Genro e Matilde Ribeiro. Falando sobre a reforma da Previdência, Berzoini afirmou que o Executivo não pretende alterar de R\$ 1.058 para R\$ 2.400 o limite de isenção para cobrança da contribuição dos inativos. Segundo ele, o governo não vê necessidade de alterar a proposta, mas cabe ao Congresso apreciá-la e tomar uma decisão.

Três ministros participaram do seminário sobre as reformas coordenado pelo senador Paulo Paim

PÁGINA 5



Roque de Sá

Sarney defende apoio do PMDB ao governo Lula

Durante almoço que reuniu, em sua residência, as bancadas do PMDB no Congresso e o presidente Lula da Silva, o senador José Sarney defendeu que o partido apóie o governo e ajude na aprovação das reformas tributária e da Previdência Social.

PÁGINA 4

Sarney disse que presença de Lula no almoço é prova de apreço do presidente pelo PMDB

Subcomissão de Segurança aprova normas para presos

Parecer de Demostenes Torres sobre projeto que estabelece regime disciplinar diferenciado para presos perigosos foi acolhido ontem pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

PÁGINA 3

Falta de acordo sobre MP mantém pauta travada

PÁGINA 4

Projeto que altera as regras para venda de sementes passa na CAE

Proposta determina que a responsabilidade pela qualidade das sementes produzidas e comercializadas no país, que hoje é do governo, passa a ser do produtor e do técnico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara que altera regras de comercialização de sementes e mudas no país. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), incluiu uma emenda de redação ao texto, que, uma vez mantido pelo Plenário, poderá seguir diretamente para sanção presidencial.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), chamou a atenção dos integrantes da comissão para a importância do projeto, que atualiza a legislação depois da chamada lei de proteção de cultivares (Lei nº 9.456, de 1997). Pela proposta, a responsabilidade pela qualidade da semente produzida e comercializada no



Entre as mudanças aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos está a dispensa do registro às cultivares usadas por comunidades locais

país passa a ser do produtor e do seu responsável técnico. Atualmente isso é competência do governo. Ainda de acordo com o projeto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

estará incumbido de fazer as normas e fiscalizar sua aplicação.

Outra mudança é a substituição do termo "fiscalizada" por "certificada", para classificação das sementes oferecidas ao agricultor.

Além disso, o projeto dispensa da inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC) as cultivares utilizadas por comunidades locais. Também será excluída da obrigatoriedade de registro a produção de sementes florestais nativas e aquelas em que haja dificuldade de comprovar a origem genética.

VISTA

Foi adiada análise do parecer de Romero Jucá (PSDB-RR) favorável ao projeto do ex-senador Francelino Pereira que estabelece em 2% o limite para a multa de pagamentos atrasados de tributos. Tebet concedeu vista coletiva da matéria, atendendo solicitação dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

Iris presta homenagem aos zootecnistas

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) registrou em Plenário a passagem do Dia do Zootecnista, comemorado ontem.

— Gostaria de parabenizar a todos os profissionais brasileiros da área, ressaltando a importância dessa profissão para uma nação que tem a produção agropecuária como elemento estratégico para o fortalecimento de sua economia e para seu desenvolvimento sustentável — disse.

Iris homenageou os 580 zootecnistas registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária em seu estado, assim como os 1.200 graduandos de Goiás. Ela lembrou que esses profissionais têm como atividade o desenvolvimento de biotecnologias que aprimoram a produção animal.

Subcomissão ouve ex-representante do Unicef

Ao abordar a questão da qualidade do ensino médio e profissionalizante dentro de uma perspectiva do trabalho e da segurança, na Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, o ex-representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Agop Kayayan, afirmou que nessas áreas o Brasil está numa situação de calamidade, e que o país só conseguirá superar esse quadro se toda a sociedade estiver consciente do problema.

— É importante que os partidos políticos, juntos, contribuam para melhorar a qualidade da educação, esquecendo suas diferenças e agindo como se o país estivesse vivendo uma guerra — recomendou o técnico em educação.

Kayayan, que atualmente é diretor-executivo da organização não-governamental Redes Sociais,



Agop Kayayan debate a qualidade da educação no Brasil, em audiência pública presidida pela senadora Lúcia Vânia

observou que, mesmo nos países mais desenvolvidos, o governo sozinho não consegue melhorar essa situação.

Nos debates, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu que, em lugar de presídios, sejam construídas mais escolas para os jovens.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestou sua convic-

ção de que as diferenças sociais no Brasil tendem a diminuir com a democratização do ensino. Já a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) expressou sua preocupação com o alto índice de repetência e desistência de alunos do ensino médio. A audiência pública foi presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2003

PRESIDENTE

José Sarney

10h30 — Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Naval ao presidente da República e ao ministro da Defesa. *Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília*
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h — Lançamento dos trabalhos de comemoração dos 180 anos do Poder Legislativo. *Presidência do Senado*
18h30 — Recebe o governador do Piauí, Wellington Dias
19h — Lançamento do livro *Carlos & Mário — Correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário Andrade*. *Biblioteca do Senado*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLV nº 9/03, reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos e dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.989/95.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Mensagens submetendo à consideração do Senado os nomes de Antonio Cezar Peluso, Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito e Joaquim Benedito Barbosa Gomes para exercerem o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; PLS nº 392/99, que determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências; PLS nº 38/03, que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, instituindo o controle externo das agências reguladoras; PLS nº 28/02, que altera a Lei nº 8.112/90, para dispor sobre o parcelamento da devolução da remuneração de férias pagas antecipadamente aos servidores públicos civis federais; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/03, para a instauração de procedimento de fiscalização e controle, no âmbito da comissão, para examinar os aspectos de legalidade dos atos de gestão praticados pelo grupo Rede de Empresas Distribuidoras de Energia (Rede) e as subsidiárias e verificação da atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quanto aos indícios de irregularidade; e avisos, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de decisão, bem como relatório e voto referentes a auditoria realizada; entre outras matérias. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: agenda em aberto

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão aprova rigor para preso perigoso

Projeto estabelece cadastro nacional de vagas em presídios. Estados que aderirem ao sistema não poderão negar pedido de transferência de detentos feito pela Polícia Federal ou pelo Ministério da Justiça



Malta: "Estão santificando o usuário de drogas"

Malta teme atraso na lei do narcotráfico

Aprovado em dois turnos de votação no Senado, o projeto da nova lei do narcotráfico está no centro de um debate promovido ontem pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito pelo senador Magno Malta (PL-ES), que disse temer que a matéria seja alvo de emendas, volte para o Senado e "hiberne por muito tempo". O senador lembrou que, só na Câmara, o projeto aguardou dois anos para ser votado.

Uma das principais inovações da proposta, conforme realçou, é a criação da "justiça terapêutica", que confere distinção no enquadramento legal de usuários e traficantes de drogas. O senador manifestou reservas em relação à adoção desse tratamento diferenciado, afirmando que "estão santificando o usuário e crucificando o traficante, mas é importante lembrar que só existe traficante se houver consumidor".

O senador advoga que a "justiça terapêutica" preste assistência ao dependente químico e determine a prestação de serviços à comunidade para os usuários eventuais. "Não podemos fazer poesia com as drogas", protestou.

CORTES

A precariedade orçamentária da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), responsável pela implementação de políticas de prevenção, também foi criticada por Magno Malta. Segundo o parlamentar, que reclamou atenção especial do governo federal à pasta, criada na gestão Fernando Henrique Cardoso, a Senad dispõe de apenas R\$ 68 em caixa. Apelo similar, dirigido ao presidente Lula da Silva, foi pelo restabelecimento das verbas do setor de inteligência da Polícia Federal.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública (SSPJ) aprovou ontem parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto da Câmara dos Deputados que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal para criar o regime disciplinar diferenciado e modificar as regras do interrogatório do acusado. Ao elaborar seu relatório, Demostenes acolheu nove das 13 emendas oferecidas em voto em separado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Como houve mudança no texto enviado pela Câmara, a matéria voltará àquela Casa, depois de examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e receber aprovação do Plenário do Senado.

Uma das emendas de Serys mais elogiadas pelo relator prevê a criação do cadastro nacional de vagas em estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade. A iniciativa obriga o estado que aderir ao sistema, e que tenha vaga em unidades prisionais do gênero, a abrigar um preso transferido de outro estado. Hoje, os estados podem negar um pedido de transferência feito pela Polícia Federal ou pelo Ministério da Justiça, conforme informou Demostenes Torres.

Outra proposição de Serys im-



Tasso Jereissatti (E), ao lado de Demostenes Torres e Romeu Tuma, preside reunião da subcomissão

põe maior rigor ao regime disciplinar – que terá duração máxima de 360 dias, sem prejuízo de repetição de sanção – e de visitas de parentes dos presos. Demostenes rejeitou três emendas que criavam uma "injustiça" na aplicação do re-

gime disciplinar diferenciado, estabelecendo tratamento idêntico para presos comuns; presos vinculados ao "crime desorganizado" (assalto a mão armada, estupro); e presos vinculados ao crime organizado. Para os delinquentes incluídos nos dois primeiros grupos, o relator propôs um regime disciplinar com isolamento de até

360 dias, enquanto para o último essa punição se estenderia por até 720 dias.

O Plenário da SSPJ aprovou emenda de Garibaldi Alves (PMDB-RN) que prevê o fim do exame criminológico.

Jefferson quer debater descriminalização de droga

A legalização ou a descriminalização das drogas em todo o mundo parece ser a única solução para acabar com o narcotráfico. A idéia foi mais uma vez defendida ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao comentar notícia de que o "passeio" do traficante Fernandinho Beira-Mar pelas prisões do país já custou aos cofres públicos R\$ 426 mil. O senador sugeriu ainda que a proposta de legalização das drogas seja encaminhada pelo governo brasilei-



Jefferson: enquanto houver consumidor, haverá traficante

ro à Organização das Nações Unidas (ONU). "É hora de quebrar esse tabu", afirmou.

De acordo com o senador, um país não poderia legalizar as drogas isoladamente, "o pior dos mundos", como disse, pois poderia se tornar "importador de dependentes e exportador de drogas para os países que consomem".

Jefferson assinalou que, segundo o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, em apenas 15 dias, 100

personas, supostamente criminosas, já morreram no Rio de Janeiro em confrontos com a polícia. "Na guerra no Iraque, 126 soldados americanos morreram em três semanas. Os números dispensam comentários", comparou.

O senador lembrou que os Estados Unidos têm o maior aparelho repressor do mundo e não conseguem evitar o comércio ilegal de drogas, mas lá o narcotráfico não desafia o Estado. Para Jefferson, o narcotráfico é "inerradicável", pois enquanto houver consumidores haverá quem queira produzir e vender drogas.



Bancos não investem em segurança, diz Ana Júlia

Ana Júlia propõe mais segurança nos bancos

O assalto a um carro-forte em Belém, na semana passada, que durou mais de sete horas, foi destacado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Fatos como esse justificam, na avaliação de Ana Júlia, mudanças na legislação que obriguem o investimento pelos bancos em segurança bancária.

– Apesar do aumento dos lucros [dos bancos], não cresceu o investimento com segurança bancária. O Itaú, que no primeiro trimestre teve um lucro de R\$ 714 milhões, foi um dos quatro bancos mais autuados pelo descumprimento da lei – disse.

Ana Júlia apresentará, nos próximos dias, projeto estabelecendo novas regras para a segurança dos estabelecimentos financeiros e para o funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores.

Em apartes, os senadores João Batista Motta (PPS-ES), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Ducimar Costa (PTB-PA) apoiaram a manifestação de Ana Júlia.

Infra-Estrutura aprova Luiz Salomão para a ANP

O engenheiro e ex-deputado federal Luiz Alfredo Salomão, cuja indicação para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi aprovada ontem por unanimidade pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), criticou o modelo institucional das agências reguladoras e defendeu que elas tenham vinculações estreitas com os ministérios. Ele disse que o governo entende as agências como essenciais, mas pretende dotá-las de novos papéis.

– As agências são essenciais em mercados onde existe o poder de monopólio, para proteger investidores, consumidores e trabalhadores, especialmente quando se trata de serviços públicos – afir-

mou, ressaltando ainda o fato de que a atividade de prospecção de petróleo tem importante impacto sobre o meio ambiente.

Conforme Salomão, o governo precisa intervir no mercado de petróleo, impedindo que os agentes econômicos, em busca de lucro máximo, sacrifiquem a população. O engenheiro lembrou a forma como foram criadas as agências – seguindo modelo adotado em países europeus.

– As agências foram criadas na forma de autarquias especiais e não ficou clara a sua vinculação com os ministérios. No governo anterior, as agências assumiram atribuições que deveriam ser do



Luiz Alfredo Salomão (E), ao lado de José Jorge, critica modelo de agências

Executivo. O governo Lula quer fortalecer a cultura técnica dessas autarquias – disse Salomão.

A indicação de Salomão foi saudada pelos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Ideli Salvatti (PT-SC), Jonas Pinheiro (PFL-MT), João Batista Motta (PPS-ES), além de José Jorge (PFL-PE), que presidiu a sessão. Aprovada na CI, a indicação será agora submetida a votação no Plenário do Senado.

Sarney defende apoio do PMDB ao governo

Senador recebe Lula para almoço com as bancadas no Congresso Nacional, diz que presidente mostra apreço pela legenda e acha que partido deve “estar junto do povo” e apoiar as reformas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um almoço com as bancadas que representam o PMDB na Câmara dos Deputados e no Senado. Lula chegou à residência acompanhado do vice-presidente, José Alencar, do chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do presidente do PT, José Genoíno.

— Este é mais um momento em que o presidente da República mostra seu apreço pelo PMDB e o desejo de ter o partido a seu lado para construção das políticas públicas que ele está deflagrando — afirmou o senador.

Sarney disse que o encontro, realizado na residência oficial da Presidência do Senado, tinha o objetivo de estreitar o relacionamento com o governo e discutir a divisão de responsabilidades na área parlamentar, até porque ele considera muito nítido, nas bancadas do PMDB no Congresso, o desejo de fazer parte do governo.

Sarney afirmou aos senadores e deputados federais do seu partido que “ficar longe de Lula é ficar longe do sentimento dominante do povo brasileiro”. O presidente do Senado observou que a classe política está adotando uma nova postura e uma nova visão, subordinadas ao interesse da população.

Para Sarney, o PMDB quer participar da formulação do governo Lula e “estar junto do povo” e

do presidente. Na visão do senador, a eleição de Lula “não foi uma eleição qualquer, mas um marco histórico no despertar da consciência política no país e o marco de um novo tempo”.

Por estar convencido de que Lula é hoje quem “melhor encarna a vontade mais expressiva da população”, é que o PMDB deve apoiá-lo, disse Sarney. Ele manifestou a confiança do partido em Lula e pediu ao presidente que “confie que o PMDB vai votar pelas reformas e integrar-se nesse novo momento vivido pelo Brasil”.

DEMOCRACIA

Seis deputados peemedebistas não compareceram ao almoço. Sobre a presença do deputado Gedel Vieira Lima (BA), contrário ao entendimento com o governo, Sarney lembrou que todo partido tem divergências e que o PMDB sempre preservou a democracia interna. Ele considerou o almoço um significativo passo no caminho da unidade e previu que o partido marchará unido para votar as reformas propostas por Lula.

— Nós podemos ter divergências, mas jamais teremos divergências capazes de obstaculizar qualquer tomada de decisão nessa direção. Acho que o PMDB é decisivo na política brasileira. É importantíssimo para aprovação das reformas e ao mesmo tempo dá governabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva — afirmou.

Sarney disse que isso acontece porque o partido é altamente preocupado com as causas sociais, observando que “o governo atual tem seu esforço concentrado justamente em programas sociais, em vez que a administração pública não se esgota no econômico, mas sobretudo no social”.

O presidente do Senado lembrou que, historicamente, o PMDB foi sempre o partido das causas sociais, “que tem lutado de forma incansável pela melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e da coletividade, levantando sempre sua luta em favor dos mais necessitados”. Essa, ressaltou, é também a linha seguida pelo atual governo, “sendo, portanto, muito natural que o PMDB apóie quaisquer mudanças nessa direção”.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), definiu o encontro como mais um gesto do presidente Lula “no rumo da aproximação” e que, para o partido, dividir responsabilidades significa “votar com o governo, aprimorar as propostas do governo, fazer a sustentação congressual e ajudar na construção de uma indiscutível maioria no Congresso”.



Lula e Sarney (C), ladeados pelos participantes do almoço com as bancadas do PMDB

Requie de 50

Senador propõe comissão sobre reforma política

O senador Almeida Lima (PDT-SE) propôs a criação de uma comissão temporária do Congresso Nacional para estudar e debater um projeto de reforma político-partidária e eleitoral que possa ser permanente, e não intermitente como a atual legislação, “uma colcha de retalhos ditada por questões pontuais, de momento”.

Para o senador, conflitos de interesses existem em qualquer sistema político, por isso a democracia conta com o canal da representatividade, que associa a delegação de poder à fiscalização e transparência de seu exercício. O atual modelo brasileiro de representação político-partidária,

continuu, tem 50 anos e está em descompasso com a sociedade, que passou por mudanças substanciais nos últimos 20 ou 30 anos.

Mas a materialização de um novo conceito de modelo político precisa, de acordo com Almeida Lima, de pesquisa e de debate, para que sua representação seja um retrato fiel da sociedade.

Ao finalizar seu pronunciamento, o senador por Sergipe alertou os parlamentares para o fato de não ser prudente a perda da dinâmica desse momento, sob pena de a omissão tornar o sistema político-partidário e eleitoral ainda mais obsoleto.



Roosevelt Pinheiro

Almeida Lima acha que novo modelo precisa ser amplamente debatido

Lula torce por acordo, mas respeitará decisão

O presidente Lula da Silva reiterou ontem, durante o almoço na casa do senador José Sarney, que ninguém jamais o verá culpar o Congresso Nacional por erros cometidos por seu governo. Lula disse ter grande respeito pelo Parlamento, acrescentando que jamais usaria o Congresso como bode expiatório de algo que não desse certo na condução do país, como ocorreu com frequência em governos passados.

— A minha vontade é que o PMDB participe do meu governo. Mas eu respeito a decisão de vocês. Não haverá nenhuma ingerência de nossa parte nessa decisão — assegurou.

Num clima de descontração, ao final do almoço, falando por último, Lula disse já ter problemas demais no PT para querer dar palpi-

te nas questões internas do PMDB. — Nós temos o Babá e vocês têm o Geddel — frisou, apontando para o deputado que se diz contra a integração à base governista.

Ao referir-se às reformas tributária e da Previdência enviadas ao Congresso, Lula afirmou aos parlamentares que “a única coisa que vocês não podem fazer é não fazer reforma”.

Lula ressaltou que, para ele, seria muito mais fácil não propor reforma nenhuma, principalmente porque grande parte das propostas do seu governo atinge em cheio a base do seu eleitorado. O presidente disse que, mesmo contrariando essa base eleitoral, decidiu propor as reformas por “uma questão de responsabilidade”.

O presidente acredita que não será ele quem vai ganhar com as

reformas, mas as gerações futuras. Para Lula, se as reformas não forem realizadas agora, dentro de sete ou dez anos, “pelo menos seis estados não terão mais como pagar suas aposentadorias”.

— Seria muito mais fácil, para mim, ter aumentado a alíquota da CPMF, como chegaram a me aconselhar. Mas isso não seria justo, porque o sujeito que ganha R\$ 400 mensais é quem iria pagar os que ganham R\$ 2 mil e R\$ 3 mil de aposentadoria — avaliou.

Lula frisou que, após as reformas da Previdência e tributária, pretende encaminhar ao Congresso também as reformas sindical, trabalhista e política — com o apoio, segundo espera, do PMDB, “um partido que tem história e poderá aprovar as mudanças sem qualquer ressentimento”.

Falta de consenso sobre MP tranca pauta do Senado

Por falta de acordo, não pôde ser votada ontem a medida provisória (MP) que reabre, até 2006, o prazo para que os municípios beneficiados com o refinanciamento das suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos com organismos financeiros internacionais, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal. Assim, a pauta do Senado permanece obstruída, inviabilizando a votação de mais duas medidas provisórias e outros projetos.

Hoje, a MP do refinanciamento dos municípios retorna à pauta do Senado. Se, passadas três sessões, não ocorrer um acordo entre as lideranças partidárias, a MP será posta em votação. Este sistema de tramitação foi definido pela Mesa do Senado em abril como forma de evitar o sucessivo trancamento da pauta, o que pode ameaçar a tramitação de projetos importantes na Casa. Na segunda-feira, o presidente do Senado, José Sarney, lançou um alerta sobre a necessidade de o Congresso rever as regras de tramitação de MPs.

Berzoini: governo não muda proposta para Previdência

Ministro revela, em seminário no Senado, que Executivo vai manter limite de isenção para cobrança da contribuição dos inativos

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, disse ontem, ao participar de seminário no Senado, que o governo federal não pretende alterar de R\$ 1.058 para R\$ 2.400 o limite de isenção para cobrança da contribuição dos inativos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) previsto na reforma previdenciária encaminhada ao Congresso, como vem sendo noticiado pela imprensa. Ressaltou, porém, que o Legislativo é quem vai decidir, ao final, o valor adequado.

— O governo não vê necessidade de modificar sua proposta, pois buscamos coerência, equilíbrio, lógica e promoção da justiça social. Cabe ao Congresso, agora, apreciar e decidir sobre a proposta — declarou Berzoini, que participou do seminário “Reformas: raça, gênero e inclusão social”, promovido pelo vice-presidente do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS), e que se destinou a discutir o impacto das reformas previdenciária e tributária sobre a população afro-descendente.

Berzoini qualificou o atual sistema tributário de injusto e desigual. Para ele, a reforma tributária é o começo de uma mudança capaz de atacar a concentração de renda. Também o secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ministro Tarso Genro, que participou do seminário, elogiou as duas propostas. Em sua opinião, as reformas serão capazes de promover um impacto distributivo da renda, acabando com a guerra fiscal, propiciando a renda mínima e, ainda, elevando a renda da população como um todo.

Paim diz que reformas serão a média do pensamento nacional

Organizador e coordenador dos trabalhos do seminário “Reformas: raça, gênero e inclusão social”, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, considerou positiva a participação de três ministros no encontro realizado ontem, destacando a abertura demonstrada por eles para o debate sobre as propostas de reformas tributária e previdenciária.

— O mais importante é entender que o resultado das reformas será a média do pensamento nacional, como aconteceu com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva,



Tarso Genro e Ricardo Berzoini participaram do seminário “Reformas: raça, gênero e inclusão social”, promovido pelo senador Paulo Paim

vantagem em relação aos brancos.

Segundo o ministro, essa situação se reflete nos dados da Previdência, que apontam uma cobertura 10% menor para as populações negras. “Apesar de os negros representarem 46% da população, os brancos recebem, comprovadamente, mais benefícios previdenciários”, disse.

TRIBUTOS

Berzoini qualificou o atual sistema tributário de injusto e desigual. Para ele, a reforma tributária é o começo de uma mudança capaz de atacar a concentração de renda.

Também o secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ministro Tarso Genro, que participou do seminário, elogiou as duas propostas. Em sua opinião, as reformas serão capazes de promover um impacto distributivo da renda, acabando com a guerra fiscal, propiciando a renda mínima e, ainda, elevando a renda da população como um todo.

eleito por uma composição de forças do país — declarou Paim, que disse estar satisfeito pelo fato de os ministros demonstrarem que estão dispostos a dialogar na busca da melhor solução para as reformas.

Além do ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, do ministro Tarso Genro, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e da ministra Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o seminário contou com palestra da jornalista Miriam Leitão, da Rede Globo.

Palestrantes apontam prejuízos para servidor público

Alguns palestrantes do seminário “Reformas: raça, gênero e inclusão social” colocaram restrições e defenderam mudanças nas propostas apresentadas pelo governo.

Para Laura Tavares, professora de Política Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o projeto de reforma previdenciária não contempla a noção de seguridade social, está centrado apenas no regime dos servidores públicos e fere o princípio de tratar “desigualmente os desiguais”.

Na opinião da juíza da 7ª Vara Cível do Rio de Janeiro, Salette Maccalez, é errado considerar um benefício o sistema de previdência contributiva dos servidores. Trata-se de um direito, afirmou, pois é um contrato estabelecido entre o sistema e o servidor, para que este tenha aposentadoria ao final da vida. “Se a lei manda pagar, tem de pagar”, disse.

A entidade Articulação das Mulheres Negras Brasileiras defendeu que as reformas sejam feitas visando à inclusão social.

O seminário foi organizado pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim, e pela Articulação das Mulheres Negras Brasileiras. Participaram também a jornalista Miriam Leitão, a juíza Salette Maccalez, a professora Laura Tavares, Antônio Augusto de Queiroz, da Assistência Técnica do Departamento Intersindical de Assistência Parlamentar (Diap), e Ubiratan Castro de Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares.

Medidas são impopulares, mas necessárias, afirma Iris

Apesar de reconhecer a impopularidade das mudanças propostas pelo governo nas áreas previdenciária e tributária, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) disse ontem que “é preciso dar uma chance às reformas”. No seu ponto de vista, “os procedimentos que chegam à análise do Congresso só podem mesmo ser encarados como o último e imprescindível recurso para debelar o monstro da insolvência financeira”.

Iris afirmou que sua intenção era motivar os senadores a terem a coragem de assumir a responsabilidade de apoiar medidas que, a despeito de contrariarem interesses pontuais, podem mudar a vida de milhões de brasileiros. Conforme observou, quase metade da população (75 milhões de pessoas) encontra-se excluída das condições mínimas e indispensáveis ao seu bem-estar e ao exercício pleno da cidadania.

— Os dados objetivos a respeito dos sistemas previdenciário e tributário apontam para a perspectiva de quebra e do caos caso não sejam tomadas medidas realmente rígidas e necessárias — declarou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que as reformas



Segundo Iris de Araújo, “é preciso dar uma chance às reformas”

são difíceis de executar, mas acrescentou acreditar que elas deverão ocorrer porque o presidente Lula estaria se conduzindo pela máxima do escritor Antoine Saint-Exupéry, segundo o qual “és eternamente responsável por aquilo que cativas”.

— E Lula cativou o povo brasileiro pela maneira afável e sincera com que governa — assinalou.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que as propostas de reforma devem sofrer mudanças. Ele considera “impossível, impensável e inadmissível” levar adiante propostas que pregam a taxação de inativos e que sacrificam as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na reparação da arrecadação tributária.

Efraim quer acelerar mudanças no Judiciário

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que o governo deve enviar com urgência ao Congresso outro projeto de reforma do Judiciário, se é verdade que não gosta da proposta que tramita há mais de dez anos, como publicou o jornal *O Globo*.

Para Efraim, é preciso reformar a Justiça, para que ela chegue a todos com agilidade, quebre a cultura da impunidade e reverta a escalada da violência e criminalidade. “É hora de agir: essa reforma é o ponto de partida para a reformulação total do país”, observou.

Ao referir-se às críticas que o presidente Lula fez ao Judiciário, Efraim disse que o presidente errou na forma, descuidou-se da retórica, mas acertou na essência. A seu ver, é mesmo necessário aprovar o controle externo do Judiciário.

Segundo o senador, o projeto de reforma que tramita no Senado estabelece que o controle externo se



Efraim: reforma da Justiça “é ponto de partida para a reformulação total do país”

fará por meio do Conselho Nacional de Justiça, órgão que dará transparência administrativa, credibilidade e eficácia ao Poder Judiciário.

Na qualidade de presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita o projeto de reforma do Judiciário, Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ser inaceitável o envio de um projeto novo, o que obrigaria a começar sua tramitação novamente pela Câmara. “O Senado é independente, vamos votar a proposta que está na CCJ. É claro que aceitamos debater sugestões do governo federal, da sociedade e do próprio Poder Judiciário”, declarou.

Os senadores Almeida Lima (PDT-SE) e Magno Malta (PL-ES) concordaram com a urgência da reforma. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), sem um Judiciário forte e respeitado, o narcotráfico vai dominar o Estado e a sociedade.

Educação vai ouvir Gilberto Gil na terça sobre propostas para cultura

Ministro comparecerá ao Senado para falar sobre política cultural. Na quarta-feira, Luiz Gushiken explica novas normas de apoio do governo aos filmes nacionais

Senado participa da Bienal do Livro no Rio de Janeiro

Para a 11ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o Senado terá uma das maiores programações que já organizou desde que começou a participar de eventos literários, em 1996. Quatro senadores já confirmaram presença ao evento e ao estande da Casa, que traz para o público carioca os livros do Conselho Editorial, legislação atualizada, publicações em braille, acesso a bancos de dados pela Internet e exposições, entre outros serviços da Casa.

Na abertura do evento, amanhã, a partir das 11h, o 1º secretário Romeu Tuma (PFL-SP) representará a Casa e o presidente do Senado, José Sarney. Tuma é o responsável pelo projeto, que leva a instituição até o público de feiras de livros por todo o país.

Os senadores pelo Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PL), Sérgio Cabral (PMDB) e Roberto Saturnino (PT) lançarão publicações durante a bienal. No dia 22 de maio, Sérgio Cabral autografa o livro *Os Direitos da Terceira Idade*. No dia seguinte, Saturnino autografa o livro *Atividade Parlamentar 2002/2003* e a 11ª edição da revista *Vertente Socialista*. Já no sábado (24), Marcelo Crivella apresenta a obra *Um Sonho que se Tornou Realidade*, sobre trabalho assistencial desenvolvido por ele no Nordeste.

Associações de deficientes visuais do Rio receberão exemplares em braille da Constituição do Rio de Janeiro, da Constituição de 1988, da Lei de Doação de Órgãos e do Código de Defesa do Consumidor. O interesse é grande, pois publicações como essas são raras no mercado editorial brasileiro.

O público terá acesso ainda a uma exposição de documentos atuais e do século 19 sobre episódios importantes da história do país, como a Lei Áurea, a carta de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello e o termo de posse assinado pelo presidente Lula da Silva.

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, comparece na próxima terça-feira, às 10h, à Comissão de Educação (CE), para falar sobre a política cultural do governo Lula da Silva. O requerimento solicitando a sua presença é de autoria dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), presidente da comissão, e Hélio Costa (PMDB-MG).

Na quarta-feira da próxima semana, também em audiência pública e no mesmo horário, a CE ouvirá o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken, sobre as normas de apoio das estatais à produção de filmes brasileiros.

Assinado pelos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), o requerimento teve o endosso do presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, Roberto Saturnino (PT-RJ). Os senadores acreditam que Gushiken precisa dar maiores detalhes a respeito da política de incentivo oficial a pro-



Osmar Dias, presidente da comissão, e o senador Hélio Costa assinaram requerimento para ouvir o ministro Gil

jetos culturais, com destaque para a produção de filmes, principalmente após o cineasta Cacá Diegues ter criticado intenção do governo de condicionar o financiamento estatal a uma contrapartida social por parte dos produtores.

“PATERNALISMO”

Em data a ser marcada, a CE ouvirá os cineastas Cacá Diegues, Zelito Viana, Nelson Pereira dos Santos e Walter Salles sobre a melhor maneira de o governo ajudar o cinema nacional por meio de incentivos fiscais. O requerimento é dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Iris de Araújo (PMDB-GO) e Ideli

Salvatti (PT-SC). O senador Hélio Costa criticou a “maneira quase paternalista” com que o governo, ao longo dos anos, vem subsidiando a produção de filmes nacionais.

De acordo com ele, o que se gasta de dinheiro público com um filme, “que muitas vezes é de baixa qualidade”, daria para o governo construir um bom teatro no interior do país ou ajudar, financeiramente, centenas de grupos teatrais ou outros grupos de qualquer manifestação cultural, espalhados pelo Brasil.

Ideli Salvatti disse que a presença dos cineastas servirá, também, para que sejam tiradas dúvidas a respeito do que chamou de “dirigismo geográfico dos recursos oficiais”, principalmente para as produções que são feitas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) enalteceu o atual momento que o cinema nacional passa, com a produção de excelentes filmes que vêm sendo aplaudidos por milhões de espectadores.

Adiada votação de projeto sobre rádios e TVs

Um pedido de vista do senador Flávio Arns (PT-PR) adiou ontem para a próxima semana a votação, pela Comissão de Educação (CE), do projeto de resolução de autoria do ex-senador Ricardo Santos que desburocratiza o exame de atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para exploração de serviços de rádio e televisão.

A proposta também revoga a Resolução do Senado nº 39, de 1992, que estabelece uma série de formalidades e critérios a serem seguidos pela CE no exame desses atos. A decisão sobre a matéria é terminativa na CE – a não ser que haja requerimento de pelo menos nove senadores para exame do Plenário – e ainda deverá ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão Diretora do Senado.

Pelo projeto original, caberá à comissão verificar o cumprimento,



Relator, Gerson Camata acha projeto oportuno, pois CE deve analisar 7 mil pedidos este ano

to, por parte das emissoras, de obrigações com relação ao conteúdo das programações, e não mais a simples revisão da correção dos documentos apresentados por elas, das obrigações legais e dos compromissos contratuais, que já é feita pela Câmara dos Deputados.

A medida, segundo o relator,



Roberto Saturnino saudou a proteção a um dos maiores acervos da cultura brasileira

Saturnino aplaude restauração da Rádio Nacional

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) aplaudiu, em Plenário, o convênio de R\$ 1,7 milhão entre a Radiobrás e a Petrobras, destinado a bancar a restauração do prédio e dos estúdios da antiga Rádio Nacional, no Rio de Janeiro.

Para ele, os últimos governos não tiveram sensibilidade em preservar “um dos mais importantes acervos da cultura brasileira”, que vinha sendo “corroído por cupins, traças e fungos”. A Rádio Nacional foi líder de audiência nos anos 40 e 50, com programas noticiosos, de entretenimento e novelas.

Eduardo comemora a conquista do prêmio iBest 2003

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comemorou ontem, em Plenário, a premiação recebida pela página do Senado na Internet, vencedora do iBest-2003 na categoria Política.

— Isso dá demonstração da competência e da qualidade dos trabalhos de divulgação da Casa e mostra o objetivo do presidente da Casa em estreitar os laços de parceria com a sociedade — disse Eduardo Siqueira Campos, que elogiou o trabalho do diretor-geral, Agacieli da Silva Maia, do 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), e de todos os servidores envolvidos na elaboração da página do Senado.

Sarney recebe anistiados políticos da Petrobras

Representantes da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados Políticos da Petrobras (Astape) foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram que use sua influência para liberar o pagamento dos valores a que têm direito em razão da anistia. Eles estavam acompanhados do senador Magno Malta (PL-ES). Sarney prometeu tomar providências para saber o que vem dificultando o pleito.

Também ontem, o presidente do Senado recebeu o advogado Carlos Ayres Brito, um dos três indicados pelo presidente Lula da Silva para o Supremo Tribunal Federal.

Ribeiro quer mais recursos do FNO para o Tocantins

Uma maior participação do Tocantins na divisão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi defendida pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). Lembrando que o FNO é fundamental para induzir o progresso econômico e social, ele afirmou que os R\$ 90 milhões previstos para o Tocantins este ano são insuficientes para atender às possibilidades de investimento do estado.

Segundo João Ribeiro, o Plano de Aplicações dos Recursos do FNO do exercício 2003 é o reconhecimento de que o Tocantins reúne condições para receber novos investimentos. Entre outros pontos, o documento destaca que a topografia, o solo e o clima são apropriados ao desenvolvimento da agropecuária. Também ressaltou que a universidade instalada no estado está habilitada para ações de pesquisa e preparo de mão-de-obra qualificada.

EMPREGO
A aplicação de recursos do FNO no estado, destacou, contribuirá para aumentar o valor agregado dos produtos, a arrecadação de impostos e taxas e o número de postos de trabalho. Além disso, a aplicação do dinheiro ajudará a diminuir o êxodo rural e a introduzir novas tecnologias que ajudem a superar o atraso da economia regional, observou.

— Também se espera que a liberação desses recursos contribua para maximizar a renda dos consumidores; melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar; proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas modificadas ou em vias de degradação; promover desenvolvimento de forma econômica e ecologicamente sustentável; e deter a marcha do desmatamento desordenado — enumerou João Ribeiro.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) cobrou agilidade e competência da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) na liberação de recursos que possam financiar novas atividades produtivas no Tocantins, trazendo melhoria de vida para a população do estado.

Indicação de procuradora-geral do Cade segue para exame do Plenário

Maria Paula Dallari Bucci, que teve o nome aprovado por unanimidade na CAE, destaca o trabalho da autarquia no combate aos cartéis e em defesa dos direitos do consumidor

A indicação de Maria Paula Dallari Bucci para o cargo de procuradora-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A mensagem presidencial vai ao exame do Plenário do Senado.

A relatora, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), destacou o extenso currículo da indicada, que é doutora em Direito. Em sua exposição aos senadores, Maria Paula explicou que o papel do Cade é o de trazer para o dia-a-dia a concretização dos grandes

princípios constitucionais e de defesa do consumidor.

Ao responder a indicações do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ela disse que o Cade é uma autarquia ainda nova, em processo de evolução, mas bastante atuante. Citou como exemplo de bom trabalho do conselho o combate aos cartéis da gasolina e do aço. Sobre os problemas que São Paulo enfrenta em relação aos cartéis de ônibus, Maria Paula qualificou o caso como um grave “acerto entre empresas”



Mensagem recebeu parecer favorável de Patrícia Saboya

Rosevelt Pinheiro

e prometeu fazer o possível para solucionar o problema.

Maria Paula informou, em resposta ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que o aumento do número de fusões e incorporações de empresas é um fenômeno mundial e que no Brasil o número de fusões vem aumentando como forma de as empresas se fortalecerem diante da concorrência internacional.

Respondendo ao senador César Borges (PFL-BA), confirmou que

o Cade dispõe de instrumentos de combate aos cartéis, mas afirmou desconhecer a incidência desse problema no setor de gesso acartonado, denunciado pelo parlamentar. O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou as qualidades da indicada e o trabalho da relatora, Patrícia Saboya. Também registrou a presença, na comissão, do jurista Dalmo Dallari, pai de Maria Paula. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiaram a exposição e as respostas da indicada durante a sabatina.

Motta cobra nomeação de capixaba para diretoria da ANP

O senador João Batista Motta (PPS-ES) reivindicou do governo Luiz Inácio Lula da Silva a indicação de um capixaba para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP), argumentando que o Espírito Santo é hoje o quinto maior estado produtor de petróleo. “Bons técnicos não nos faltam no estado”, declarou.

— O meu estado é hoje responsável por 40% das notificações de descoberta de óleo e gás feitas pela ANP desde sua criação, em janei-

ro de 1998. As perspectivas de reserva apontam que o estado poderá chegar, em 2007, a uma produção diária de 500 mil barris de petróleo e 30 milhões de metros cúbicos de gás — observou.

Motta elogiou a indicação do ex-deputado federal Luiz Alfredo Salomão para a diretoria da ANP, cujo nome foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Ele lembrou que Salomão, engenheiro elétrico, filiado ao PT, ocupou várias secre-

tarias do estado do Rio, além da diretoria da Escola de Políticas Públicas e Governo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O senador disse que uma delegação brasileira vai a Moscou com o objetivo de negociar o aumento do comércio entre o Brasil e a Rússia. A missão será chefiada pelo ministro do Desenvolvi-



João Batista Motta destaca petróleo do Espírito Santo

José Cruz

mento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Motta comunicou ainda que o deputado Átila Lins foi reconduzido à presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Rússia, tendo como 1º vice-presidente o deputado Paulo Delgado e 2º vice o deputado João Hermann.

Fundos de pensão têm encontro no Rio

Em discurso no Plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comunicou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprometeu-se a participar da cerimônia de abertura do 2º Encontro Anual do Grupo Twenty-Twenty, que se realizará no Rio de Janeiro, em outubro. O evento, disse ele, reunirá os 40 maiores fundos de pensão em todo o mundo, detentores de aproximadamente US\$ 8 trilhões.

Suassuna informou que, durante o almoço de que participaram o presidente da República e parlamentares do PMDB na residência do presidente do Senado, José Sarney, relatou a Lula que estava voltando do primeiro encontro anual do grupo, realizado na Universidade de Stanford, na Califórnia (EUA).



Segundo Suassuna, Lula participará da abertura do evento

Rosevelt Pinheiro

Representante pode aderir ao Simples

Projeto de lei que permite aos representantes comerciais optarem pelo Simples, forma simplificada de pagamento de impostos, foi apresentado ontem pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Para o parlamentar, foi cometida grande injustiça com esses profissionais ao se vetar sua adesão ao Simples, pelo fato de a lei não lhes exigir habilitação técnica para exercer a atividade.

— Ora, para ser um representante comercial, não há necessidade de ter diploma, basta que o trabalhador tenha vocação para o comércio — observou. Segundo Pavan, a imensa maioria de representantes comerciais compõe “pequenas empresas familiares com ínfimo capital”.



Leonel Pavan propôs extensão do benefício à categoria

Germido Magela

Aelton Freitas destaca sucesso da Expozebu

Os resultados positivos da 69ª Exposição Internacional de Gado Zebu, a Expozebu 2003, que se encerrou no último final de semana, em Uberaba (MG), foram destacados, em discurso no Plenário, pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). Segundo Aelton, o balanço parcial mostra que as vendas em leilões chegaram a R\$ 70 milhões, superando o total do ano passado. O número de animais inscritos — 2.300 — também foi recorde, disse ele.

O sucesso econômico da feira é um ótimo sinal para a agropecuária brasileira, pois se deve à excelente qualidade do material genético de nossos animais. A seu ver, o êxito da exposição comprova que a carne brasileira é bastante saudável e tem todas as condições para se destacar no mercado internacional.



Aelton Freitas: vendas superaram as do ano passado

Jane de Araújo

Jane de Araújo



É preciso combater êxodo rural, diz João Ribeiro

Sibá: reunião com presidente gerou avanços para o Norte

Senador ressalta compromisso do governo federal com programa Amazônia Sustentável e liberação de recursos contingenciados

Ao fazer um balanço da reunião realizada sexta-feira passada, no Acre, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de alguns dos seus ministros, de governadores e de integrantes das bancadas federais de estados da Região Norte, o senador Sibá Machado (PT-AC) aconselhou os representantes das demais regiões a reproduzirem a iniciativa. Ele opinou ontem que esses encontros com integrantes dos estados e do governo federal são a forma mais adequada de planejar o desenvolvimento nacional.

Entre os resultados da reunião, Sibá Machado destacou o compromisso assumido pelo go-



Sibá Machado aconselhou outras regiões a reproduzirem iniciativa

verno federal de lançar o programa Amazônia Sustentável. Os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, foram incumbidos de, em um prazo de

90 dias, apresentar um primeiro estudo básico para ser incluído no próximo Plano Plurianual (PPA).

Sibá Machado citou como fundamental a decisão tomada pelo governo de reformular o Banco da Amazônia (Basa) para viabilizar uma ação conjunta da instituição com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A intenção é permitir que o usuário de um desses bancos possa efetuar suas transações em quaisquer agências dos demais. O parlamentar acreano também informou que, durante a reunião, o ministro da Integração Nacional anunciou que o Basa vai liberar R\$ 26 milhões que estavam contingenciados.

Eduardo elogia retratação do governo

Depois de denunciar, em discurso proferido na segunda-feira, o tratamento discriminatório contra o estado do Tocantins, cujo governador, Marcelo Miranda, foi o único da Região Norte a não ser convidado para encontro com o presidente da República, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) voltou ontem ao Plenário para comemorar a solução do episódio. Segundo ele, o próprio presidente Lula pediu desculpas ao governador Marcelo Miranda.

— Atendendo a chamado do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o governador foi ao gabinete



Eduardo Siqueira Campos diz que presidente pediu desculpas e anunciou viagem ao Tocantins

do presidente, que pediu desculpas e anunciou que visitará em breve o Tocantins — relatou o senador.

Eduardo afirmou que, para o

episódio ser considerado totalmente superado, falta apenas a inclusão do governador em um dos grupos de trabalho nomeados na reunião realizada em Rio Branco (AC) para discutir o desenvolvimento da Região Norte.

Em aparte, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o reconhecimento do erro deveu-se em grande parte ao trabalho da bancada tocaninense no Congresso. O líder do PT, Tião Viana (AC), lembrou que o governador do Acre, Jorge Viana, tomará medidas para a inserção do Tocantins nas discussões.

País demonstra preocupação com Amazônia, diz Tião Viana

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), afirmou em Plenário que o encontro do presidente Lula com governadores e parlamentares da Amazônia, realizado em Rio Branco (AC), na sexta-feira, mostrou o compromisso do atual governo com a região amazônica.

— Lá ninguém tratou de assuntos paroquiais, mas apenas do interesse da Amazônia. O governo reafirmou que pretende desen-



Tião Viana: governo quer desenvolvimento com respeito à biodiversidade

volver a região apoiado na biotecnologia e no respeito à sua biodiversidade — assinalou.

No encontro, conforme Tião Viana, foi discutida a integração da América do Sul e a relação com os países que fazem

fronteira com a Amazônia brasileira. Ele ponderou que o encontro mostra ao mundo, “tão preocupado com o futuro das florestas tropicais”, que o governo brasileiro não vai se descuidar da região.

Capiberibe apóia propostas apresentadas em Xapuri

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou ontem o seu apoio à política do presidente Lula para a Amazônia, anunciada durante o encontro com governadores, parlamentares e líderes da região em Xapuri, no Acre. Segundo Capiberibe, o presidente da República apresentou um roteiro para a discussão sobre os possíveis modelos de desenvolvimento a serem adotados, que contém cinco linhas gerais.

Segundo ele, além de o Congresso Nacional ter que garantir os recursos no Plano Plurianual (PPA), os modelos de desenvolvimento para a Amazônia se baseariam em cinco eixos: produção sustentável com uso de tecnologia avançada; novo padrão de financiamentos; gestão ambiental e ordenamento territorial; infra-es-



João Capiberibe destaca eixos da discussão sobre modelos de desenvolvimento para o Norte

trutura e conhecimento científico nas universidades; e inclusão social e cidadania.

Capiberibe leu ainda artigo de José Luiz Portella Pereira, publicado na revista *Época*, abordando a necessidade de um sistema de acompanhamento dos orçamentos públicos, com mecanismos de avaliação dos benefícios obtidos.

Tebet destaca criação de agência para o Centro-Oeste

Ao parabenizar o governo federal pela decisão de criar uma agência de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo ao presidente Lula para que encaminhe ao Congresso o mais rapidamente possível um projeto de lei para viabilização do órgão. Ele informou que a criação da agência foi confirmada na segunda-feira pelo ministro-chefe da Casa

Civil, José Dirceu, em reunião com os governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e a vice-governadora do Distrito Federal.

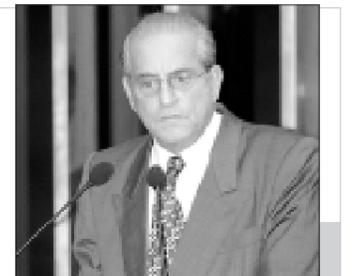
— Há oito anos, desde que cheguei ao Senado, venho defendendo a criação de uma autarquia que faça o papel da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), da qual fui seu último presidente por quase três anos. Não perdôo o ex-presi-

dente Fernando Collor pela extinção da Sudeco, uma decisão que puniu severamente nossa região — afirmou Ramez Tebet.

Em aparte, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) destacou que Mato Grosso do Sul dispõe de uma classe produtora eficiente e com alto grau de competitividade, mas carece de uma agência de desenvolvimento que viabilize a infraestrutura necessária para facilitar a vida de quem trabalha e produz

e também para gerar novos empregos. Já Ney Suassuna (PMDB-PB) opinou que a agência do Centro-Oeste vai beneficiar não apenas a região, mas todo o país.

Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), as agências de desenvolvimento regionais, se bem conduzidas e gerenciadas, são fundamentais para induzir o desenvolvimento dos estados mais pobres da Federação. Representante do Distrito Federal, que também será



Ramez Tebet pede envio de proposta ao Congresso para viabilizar autarquia

beneficiado pela agência, o senador Eurípedes Camargo (PT) externou sua satisfação com o anúncio da criação da agência.